

A Educação como indicativo de um modelo de sociedade: compreensões a partir da Confederação Nacional da Indústria – CNI

Márcia Cossetin
Dhaiane de Moraes Teixeira

Resumo

O presente artigo propõe o estudo da Confederação Nacional da Indústria, que se constitui como o órgão máximo do sistema sindical patronal da indústria brasileira. O objetivo é apresentar suas enunciações e intencionalidades para a educação nacional, com ênfase à educação pública e sua ação direcionada às políticas educacionais emanadas do Estado. Para tanto, como fontes primárias, foram selecionados três documentos que constituem agendas para o Brasil nos períodos delimitados, definindo objetivos, metas e desafios para uma economia produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional, sendo a educação considerada como um dos fatores chave para alcançá-los. As fontes eleitas para análise são: Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022. Tendo em vista a pesquisa de fontes documentais, buscamos compreendê-las em suas dimensões históricas e a partir das relações sociais, políticas e econômicas em que foram produzidas. A partir da apresentação dos Mapas Estratégicos da Indústria, de seus enunciados e intencionalidades, foi possível constatar a finalidade conferida à educação, que é, essencialmente, a formação profissional. Portanto, conclui-se que os fins para os quais a educação é definida nos documentos analisados, revelam o empobrecimento da ação educativa que adquire caráter meramente profissional e reprodutivista da essência da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Estado. Política Educacional. Confederação Nacional da Indústria.

Márcia Cossetin

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

E-mail: marciacossetin@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5005-7756>

Dhaiane de Moraes Teixeira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, -
Unioeste.

E-mail: dhaia.teixeira@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1256-0019>

Recebido em: 10/07/2019

Aprovado em: 20/04/2021



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e66182>

Abstract

Education as an indicative of a model of society: comprehensions from the National Confederation of Industry – CNI

This article proposes the study of the National Confederation of Industry, which constitutes the highest organ of the Brazilian industry's trade union system. The objective is to present their enunciations and intents for national education, with emphasis on public education and its action directed to educational policies emanating from the State. For this purpose, as primary sources, three documents were selected that constitute programming for Brazil among such periods, defining objectives, intentions, and challenges for a productive economy, innovative and integrated into the international market, being education considered as one of the key factors to achieve them. The sources chosen for analysis are Strategic Map of Industry: 2007-2015, Strategic Map of Industry: 2013-2022, and Strategic Map of Industry: 2018-2022. With a view to searching documentary sources, we seek to understand them in their historical dimensions, from the relations social, political and economic in which they were produced. From the presentation of the Strategic Maps of Industry, of its statements and intents, it was possible to verify the purpose given to education, which is, essentially, professional training. Therefore, it is concluded that the purposes for which education is defined in the documents analyzed reveal the impoverishment of the educational activities, which acquires merely the professional and reproductive essence of capitalist society..

Keywords State. Educational Policy. National Confederation of Industry.

Resumen

La Educación como indicativo de un modelo de sociedad:comprensiones a partir de la Confederación Nacional de la Industria – CNI

El presente artículo propone el estudio de la Confederación Nacional de la Industria, que se constituye como órgano máximo del sistema sindical patronal de la industria brasileña. El objetivo es presentar sus enunciaciones e intencionalidades para la educación nacional, con énfasis a la educación pública y su acción direccionada a las políticas educacionales. Para tanto, como fuentes originales, fueran seleccionados tres documentos que constituyen una programación para Brasil en el período delimitado, estableciendo objetivos, metas y desafíos para la economía productiva, innovadora e integrada al mercado internacional, con la educación considerada como uno de los factores clave para alcanzarlos. Las fuentes seleccionadas para el análisis fueron: Mapa Estratégico de la Industria 2007-2015, Mapa Estratégico de la Industria 2013-2022 y Mapa Estratégico de la Industria 2018-2022. Al considerar la investigación de las fuentes documentales, buscamos comprenderlas en sus dimensiones históricas, desde las relaciones sociales, políticas y económicas en las cuales se las produjeron. Además, por medio de la presentación de las enunciaciones e intencionalidades analizadas, fue posible constatar la finalidad de la educación, que es, esencialmente, la formación profesional. Por lo tanto, se concluye que los fines para los cuales la educación es definida en los documentos analizados, muestran el empobrecimiento de la acción educativa, adquiriendo carácter meramente profesional y de reproducción de la esencia de la sociedad capitalista.

Palabras clave: Estado. Política Educativa. Confederación Nacional de la Industria.

Introdução

A discussão sobre a definição da educação pública mostra-se, contemporaneamente, como uma problemática e questão importante para compreensão dos rumos da educação em nível nacional. Desse modo, este artigo traz a Confederação Nacional da Indústria – CNI – como um dos órgãos nacionais que tem disseminado ideias e propostas de encaminhamentos para a educação, demarcando suas intencionalidades para com a organização das políticas educacionais e a reprodução social.

A CNI configura-se como órgão máximo do sistema sindical patronal da indústria brasileira, tendo sua fundação em 1938, no Estado Novo¹. A referida surge como um desdobramento da Lei da Sindicalização, descrita no Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931, que estabelecia a sindicalização compulsória às classes patronais e operárias. No entanto, para além das tensões políticas, já havia entre o empresariado industrial a necessidade de uma unidade representativa sólida e abrangente² (RODRIGUES, 1997).

Antes mesmo do reconhecimento legal da Confederação Nacional da Indústria como uma entidade sindical, em 22 de janeiro de 1942, por meio do Decreto-Lei n. 4.048, que determina a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a CNI passa a organizar e dirigir a formação profissional para a indústria. Posteriormente, em 30 de abril de 1943, a CNI é reconhecida como organização representativa do empresariado industrial a nível nacional. Assim, com a demanda da formação profissional, e a autonomia recebida em relação a tal reconhecimento, a CNI começa a desenvolver sua concepção pedagógica, percebendo na educação uma oportunidade na busca pela hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial brasileira (RODRIGUES, 1997).

Desde a sua fundação, a CNI revela uma participação ativa no cenário brasileiro. Rodrigues (1997) enfatiza a importância da Confederação Nacional da Indústria no âmbito político e/ou social, podendo ser mensurada se observadas as ações e pressões empregadas sobre o Estado brasileiro e a influência de seus

¹ Em função das transformações ocorridas no país, o período tornou-se referência obrigatória quando se trata sobre estruturas, atores e instituições presentes no Brasil de hoje. No ano de 1937, preparavam-se as eleições presidenciais, todavia mediante uma suposta ameaça comunista, o governo provisório de Getúlio Vargas instaurou o chamado Estado Novo. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas determinou o fechamento de Congresso, outorgou uma nova Constituição, que lhe conferia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário e determinou o fechamento dos partidos políticos. Entre 1937 e 1945, Estado Novo, Getúlio Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, iniciada no ano de 1930, quando já havia nomeado interventores para os governos estaduais, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a promulgação das primeiras leis trabalhistas, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico. Foram criados, ainda neste período, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), entre outros (NASCIMENTO, 2004) e ainda, a CNI no ano de 1938.

² As primeiras organizações de representação do empresariado industrial eram ainda muito polarizadas, o que corresponde à condição do Centro Industrial do Brasil – CIB –, órgão que antecedeu a criação da CNI, que atendia apenas os interesses relativos aos empresários dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (capital do Brasil na época). Rodrigues (1997) relaciona o poder representativo limitado como um reflexo do próprio processo de industrialização no Brasil naquele período, que estava ainda no seu estado “embrionário”.

dirigentes em meio aos seguimentos designados formadores de opinião, inclusive, sua intensa presença na mídia.

Diante da complexidade desse organismo e suas relações estabelecidas na esfera política, econômica e social, buscou-se responder, por meio deste estudo: “qual é a concepção de educação preconizada pela Confederação Nacional da Indústria a partir dos Mapas Estratégicos da Indústria?”. Para contemplar tal problemática, três objetivos nortearam a pesquisa: compreender Estado e educação na sociedade capitalista; apreender a Confederação Nacional da Indústria enquanto enunciadora de políticas educacionais; e analisar os enunciados relativos à educação expressos nos Mapas Estratégicos da Indústria, buscando compreender a quais demandas sociais os documentos atendem.

Sendo assim, apreender esse objeto de estudo, pressupõe recuperar sua dimensão história, a partir das relações sociais, políticas e econômicas em que se constitui (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019), a fim de compreender suas intencionalidades para com a educação. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo documental e bibliográfica, sendo utilizados autores como Rodrigues (1997) – que se dedicou ao estudo da CNI – e Cunha (1983) – que traz a contextualização da política educacional na Era de Vargas, com ênfase para a formação da força de trabalho industrial – além de pesquisas voltadas à temática da educação pública e a influência do empresariado nesta, constituindo as fontes secundárias. Ademais, as fontes primárias compreendem documentos elaborados e publicados pela CNI, especialmente os Mapas Estratégicos da Indústria. São estes: Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022.

A pesquisa desta temática é decorrente de estudos que permitiram a compreensão da importância das políticas educacionais nos diferentes períodos históricos, assim como a influência sofrida pela política educacional em um contexto social amplo. Sendo assim, este trabalho volta-se para o entendimento da atual conjuntura política/educacional, contribuindo com subsídios para apreensão e reflexão do projeto de sociedade na qual a população está inserida, tal como para a educação neste contexto.

Para tanto, o presente texto organiza-se da seguinte forma: no primeiro subtítulo, intitulado “Conceituação do Estado e a Educação Capitalista”, trata-se da atuação do Estado em consonância com os interesses privados e os desdobramentos oriundos dessa. Já no segundo subtítulo, designado “Histórico da CNI enquanto enunciadora de políticas educacionais”, realiza-se a apresentação e historicização da CNI e, ainda, disserta-se sobre como seu desenvolvimento se vincula às políticas educacionais. No terceiro e último subtítulo, “Enunciações para a educação nos Mapas Estratégicos da Indústria”, apresenta-se os elementos que demonstram as etapas e níveis da educação com os quais a CNI tem se preocupado no século XXI e seus direcionamentos. Por fim, são apresentadas as considerações finais a partir das discussões apresentados no decorrer do texto.

Conceituação do Estado e a Educação Capitalista

Para que haja compreensão da atuação do empresariado na educação pública e, especificamente, para que se apreenda a Confederação Nacional da Indústria e suas intencionalidades para a educação, é necessário que a organização social contemporânea seja entendida. Neste sentido, na chamada sociedade moderna, há a organização de um órgão que se coloca acima da sociedade, com intenção de apaziguar os interesses divergentes das classes sociais essenciais, quais sejam: a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção; e, este órgão, conforme propõe Engels (1984), não é outro senão o Estado.

Inicialmente, pode-se definir o Estado, numa concepção moderna, como aponta Gruppi (1980), a partir da Enciclopédia Treccani, como “[...] a maior organização política que a humanidade conhece” (GRUPPI, 1980, p. 7). No entanto, faz-se necessário considerar que “O Estado nem sempre existiu” (LENIN, 1975, p. 132). Houve um tempo em que as relações de poder eram ainda inexistentes, no qual predominava o costume e o respeito, quando perdurou a sociedade primitiva³.

É nessa perspectiva que se faz possível compreender que o Estado não é espontâneo, pois nasce para que as relações de exploração e dominação, provenientes da própria divisão da propriedade que se torna privada, possam ser sustentadas. Assim, pode-se afirmar, conforme assevera Lenin (1975), que “Este surge onde e quando quer que surja uma divisão da sociedade em classes, quando aparecem exploradores e explorados” (LENIN, 1975, p. 132): estabelece-se a gênese central da formação do Estado e de sua necessidade de sustentação.

Ainda, Gruppi (1980), em referência a Locke, salienta que os homens aglutinam-se em sociedades políticas e se sujeitam a um governo⁴ para que tenham a garantia de suas propriedades. Competência esta que, somada à liberdade, e estando uma em função da outra, estabelecem o alicerce da burguesia⁵.

Ademais, tal ideia de submissão da classe burguesa ao governo se fundamenta na medida em que ela própria constitui o Estado, dialeticamente. Pode-se afirmar, então, que ela cria as regras a que vai submeter-se e submeter os demais sujeitos não proprietários. Nesse sentido, Faleiros (1991) elucida em quais circunstâncias essa relação se estabelece, “Na correlação de forças existente nos países capitalistas, as classes proprietárias da terra, das fábricas, dos bancos articulam um bloco dominante que tem a direção política da sociedade, ou seja, sua hegemonia [...]” (FALEIROS, 1991, p. 61). Todavia, é necessário

³ Friedrich Engels explorara sobre o estágio da pré-história em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1984), na qual examina a gênese do Estado.

⁴ Conjunto coordenado de pessoas que controlam os cargos de decisão política e dão a direção principal ao Estado num momento determinado (FALEIROS, 1991).

⁵ Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2001), é uma Classe economicamente dominante, que também controla o aparelho de Estado e a produção cultural.

compreender que a articulação da classe dominante não é uniforme e, portanto, nem sempre se apresenta em um bloco unido, sendo movida de acordo com seus projetos e interesses (FALEIROS, 1991).

Logo, as relações de poder expressas não se estabelecem de forma mecânica; a classe trabalhadora, que constitui como base da sociedade de classes, também se organiza em prol de seus interesses, elencados por Faleiros (1991): garantia de salários e dos meios de vida. Então, é por meio destes embates, na tensão entre as forças sociais, que as políticas sociais vão sendo conquistadas; inclusive, as políticas educacionais são, em primeira instância, daí provenientes.

Diante do apresentado, é possível constatar que as relações econômicas e produtivas se reinventam e se renovam no intuito de assegurar e dar continuidade à essência do sistema capitalista, conforme asseveram Marx e Engels (1999), contextualmente: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1999, p. 12). Assim, é desse processo “[...] que emergem as novas formas burguesas de se pensar – e fazer – a formação humana” (RODRIGUES, 1997, p. 6) e, como exemplo, está o presente objeto de estudo: a CNI.

A partir da necessidade de mudanças para a permanência do capitalismo, apresenta-se a enunciação do neoliberalismo, instaurado nas décadas finais do século XX⁶. O neoliberalismo, segundo análise crítica, em primeiro lugar é “[...] uma teoria das práticas político-econômicas que enunciam que o bem-estar dos homens pode ser mais bem promovido” (COSSETIN, 2017, p. 54). Para tanto, Harvey (2008) salienta que o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado, sustentando a ideia de que o bem social é ampliado ao se maximizar o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando elencar todas as ações humanas no domínio do mercado. Portanto, estando as relações mercadológicas em primeiro plano, o Estado deve cumprir com suas funções no sentido de assegurar a estrutura institucional apropriada a essas práticas, caracterizando-se como o Estado mínimo.

Consequentemente, se faz necessário ressaltar que essa é uma ideia fundamentada no modelo econômico precedente, o liberalismo⁷. Nesse sentido, considerando também a lógica de renovação do Capital, o neoliberalismo nada mais é que a continuidade deste, o que Fiori (1997) considera como a forma radical do liberalismo.

A retomada aos estágios estruturantes do capital, de reiteração das relações produtivas, denota a estreita relação com o exercício do Estado, ao qual se atribui a função de planejar, legislar, ordenar e intervir

⁶ Harvey (2008) aponta que o neoliberalismo não se deu como uma resposta imediata à crise de acumulação do capital. O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de inconstâncias e de experimentos caóticos que, em realidade, apenas convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington”, nos anos 1990.

⁷ Que, por sua vez, compreende a “[...] despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados” (FIORI, 1997, p. 202).

sobre um território, por intermédio da política. Assim sendo, compreende-se a política como o próprio poder do Estado (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004). Isto posto, destaca-se a incumbência do Estado na definição das políticas educacionais, que é parte das políticas sociais.

O Estado, como organizador do poder e economia de um determinado território, emana da sociedade. Desse modo, aparece como representante do interesse geral da nação/sociedade, executando-o mediante a lei e demais mecanismos que dispõe (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004). Assim, pondera-se que a CNI, estando articulada ao próprio Estado, faz parte desta parcela definidora de ações e de políticas.

Tendo em vista as próprias contradições das relações de produção e suas demandas desencadeadas, as políticas sociais se materializam como uma forma de intervenção social do Estado, na tentativa de apaziguar os conflitos, de modo que haja o mínimo de garantias para a subsistência dos sujeitos (FALEIROS, 1991). Conseqüentemente, Marx, em *O Capital* (1867), delimita tal relação como violência concentrada e organizada da sociedade, porque o próprio Estado viabiliza essas relações de conflito ao mesmo tempo em que as administra, sem o intuito de superá-las e, o faz por meio das políticas sociais. Neste contexto, a categoria das políticas sociais compreende saúde, educação, cultura, habitação, seguridade, informação e defesa do consumidor.

Além disso, a educação, como parte das políticas sociais, redefine suas intencionalidades ao longo da história, contribuindo para a reiteração do sistema capitalista (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004). Logo, pondera-se o processo educativo orientado por uma intencionalidade, constituindo-se por uma visão de mundo, homem e sociedade. Em conformidade, as autoras atribuem ao processo educativo a propensão formativa de aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus lócus privilegiado.

Historicamente, a educação no Brasil esteve atrelada à própria organização da sociedade, orientando-se ora para a liberação, ora para a contenção⁸ de uma fase específica do ensino para atender uma determinada demanda. Evidencia-se a funcionalidade atribuída à educação, sendo um desdobramento do pensamento pedagógico estatal de cada época. Rememore-se, então, a organização do Estado como um órgão que se coloca acima da sociedade, sendo dessa representante e, portanto, traduzindo uma visão hegemônica.

Demarca-se, desta forma, o domínio social com base moral e intelectual e, ainda, sua promoção por meio de instituições sociais que vão ao encontro da própria organização, que condiciona o Estado para o exercício de seu poder. Assim, Faleiros (1991) relaciona o controle social como sendo promovido pela

⁸ Ver Capítulo V – Política Educacional: Contenção e Liberação do livro *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, de Luiz Antônio Cunha (1978).

mediatização das instituições, aparatos ou aparelhos do Estado, elenca-se, então, a escola como sendo parte constituinte destas instituições, sem desconsiderar suas possibilidades de contradição.

Portanto, pautada na compreensão de tal contexto de sociedade, organizada a partir do capitalismo e dos meios que a subsidiam e procuram mantê-la, a presente pesquisa visa compreender seu objeto de estudo: a CNI como indutora, tensionadora e propositora de políticas públicas de educação no Brasil.

Histórico da CNI enquanto enunciativa de políticas educacionais

A Confederação Nacional da Indústria, organização sólida no território brasileiro, com 80 anos de história, configura-se como o mais importante órgão de representação da burguesia industrial do país, assim como assinala Rodrigues (1997):

Essa entidade é um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, buscar a hegemonia na visão de mundo da burguesia industrial, para, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital industrial (RODRIGUES, 1997, p. 7).

Assim, ao se considerar o período inaugural da CNI, é necessário que seja feita uma contextualização do momento político e econômico no qual o Brasil se encontrava; portanto, será tomado por referência o Estado Novo (1937-1945). Com a direção política de Getúlio Vargas, o Estado foi constituindo-se e orientando-se para uma intervenção estatal ativa na economia, voltada para uma economia nacional. Nesse contexto, o processo de industrialização recebia centralidade, sendo o Estado seu principal agente de fomento (RODRIGUES, 1997). Outrossim, tendo em vista a forma como essa nova gestão se configura, um de seus preceitos foi a organização sindical⁹, que inicialmente conferiu à CNI o status de um desdobramento estatal, visando organizar e controlar a indústria nacional. No entanto, o processo de sindicalização da indústria não ocorreu de maneira imediata, visto que a burguesia industrial não desejava “[...] uma sindicalização tutelada por um Estado totalitário¹⁰” (RODRIGUES, 1997, p. 24).

Seguidamente, consideradas as exigências do Estado, havia a necessidade crescente em meio ao próprio empresariado industrial: instaurar uma organização sólida e abrangente. Por fim, atendendo às medidas legais, em 12 de agosto de 1938, é fundada a Confederação Nacional da Indústria, passando a integrar o sistema corporativo estabelecido pela Constituição do Estado Novo. Assim, a CNI foi reconhecida formalmente pelo Governo Federal apenas em 1943, por meio do Decreto n. 12.321.

⁹ A sindicalização constituiu também uma medida de contenção ao movimento operário que se organizava pelo país (Rodrigues, 1997).

¹⁰ O Estado se torna totalitário na medida em que subordina todos os processos sociais historicamente significativos à sua vontade. Friedrich (1969) relaciona características peculiares de regimes totalitários: uma ideologia totalizadora; um partido único, comprometido com essa ideologia; uma polícia secreta numerosa, bem-organizada e de grande penetração; e três tipos de controle monopolista – das comunicações em massa, das armas operacionais e de todas as organizações, inclusive as econômicas.

Em conformidade ao período inaugural da CNI e com o Estado orientado para o desenvolvimento da indústria nacional, o governo direciona sua atenção à formação da força de trabalho industrial, que recebe proficuas e duradouras ações de política educacional. Ademais, a implementação de tais medidas encontra-se no Artigo 129 da Constituição de 1937, estabelecendo que

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

Destarte, como expõe Cunha (1983), orientado pela referida lei, a Divisão do Ensino Industrial em 1938, sendo parte constituinte do Ministério da Educação – MEC –, elaborou um anteprojeto que estabelecia a criação de escolas de aprendizes industriais mantidas e dirigidas pelos sindicatos industriais. O anteprojeto foi então encaminhado à CNI, tendo por resposta uma resistência passiva. Tal resistência se deu em decorrência da obrigatoriedade do pagamento de salários aos aprendizes e mestres, como também ao dispêndio à instalação e operação de oficinas e, ao mesmo tempo, sem um retorno produtivo imediato. Isso porque ainda não tinham clareza de como o anteprojeto estaria em acordo com seus interesses, considerando-se o “[...] longo prazo. É provável que a formação recente do capital industrial ainda não tivesse propiciado, aos industriais, uma visão dos seus interesses coletivos mediatos” (CUNHA, 1983, p. 451).

Diante da passividade da CNI, em maio de 1939 instaurou-se, mediante Decreto-lei n. 1.238, que dispunha sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores, a obrigatoriedade das empresas manterem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores.

No mês seguinte à promulgação do decreto-lei 1.238, tinha início a XXV Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, a qual compreendia a aprendizagem como um dos temas principais. Assim, a partir das recomendações contempladas na conferência, os representantes brasileiros que se fizeram presentes, passaram a enfatizar a necessidade de se estabelecerem com objetividade os direitos e deveres dos aprendizes e dos empregadores, como condição de grande importância para o sucesso da aprendizagem. Essas recomendações, portanto, tiveram forte influência sobre

a regulamentação do decreto e sobre a própria criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – SENAI¹¹ (CUNHA, 1983).

Então, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários é instituído em janeiro de 1942, por intermédio do Decreto-Lei n. 4.048, que apresenta no artigo 2º “[...] ter por finalidade organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários” e, ainda, no parágrafo 2º, “que se incumbiriam às escolas de aprendizagem de organizar e ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem”. Sob tais termos, decretou-se que o SENAI seria organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

Ademais, Cunha (1983) discorre sobre determinados posicionamentos quanto à pressão de Getúlio Vargas, o então chefe de Estado, para com a direção e o custeio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial delegado à CNI, que o teria assumido sob “ameaça” de que o mesmo passasse a se integrar aos sindicatos operários. Sendo tal intimidação verdadeira ou não, o fato é que o instituto de formação de força de trabalho industrial estava sob direção da Confederação Nacional da Indústria e, como propõe Rodrigues (1997), é quando a nova denominação assinala a quais interesses o SENAI serviria.

Para além da ação mantenedora do MEC, de uma comissão que elaborava leis para o âmbito educacional desde 1937, Cunha (1983) apresenta a fala de Celso Suckow da Fonseca¹², que salienta a tensão de Vargas desde 1941, aos líderes sindicais da indústria para que, juntos, estudassem a criação de organismos destinados ao ensino profissional dos aprendizes, intentando uma solução mais eficaz que a do Decreto-lei n. 6.029, de 1940¹³.

Então, os industriais propõem como solução prática do problema, a entrega da questão à indústria, ficando esta responsável não só pela execução do plano, como também por seu funcionamento. Para os industriais, estando o serviço de aprendizagem sob direção da CNI, estariam isentos das inúmeras peias burocráticas da esfera governamental, o que dificultava a expansão dos estabelecimentos existentes (CUNHA, 1983). A partir disso, atribui-se poder à burguesia industrial, no que se refere a outorgar sobre a esfera da formação profissional, enfatizado por Rodrigues (1997) como “[...] sua mais importante e massiva ação educativa no campo profissional” (RODRIGUES, 1997, p. 28).

¹¹A partir da promulgação do Decreto-lei n. 4.936 no ano de 1942, passa a ser denominado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

¹² Celso Suckow da Fonseca consolidou-se na história da educação brasileira por meio da obra *A História do ensino industrial no Brasil* (1961), e por sua expressiva atuação na criação do sistema de escolas técnicas federais. Particularmente, sua memória está registrada na documentação produzida quando esteve à frente da implantação e desenvolvimento da mais antiga e tradicional dessas escolas, a Escola Técnica Nacional (1942-1965), tal como da Escola Técnica Federal da Guanabara (1965-1967), atual Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) (CIAVATTA; SILVEIRA, 2010). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4695.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2018.

¹³ O Decreto n. 6.029, de 26 de julho de 1940, aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei n. 1.238, de 2 de maio de 1939.

Desse modo, em meio ao cenário de reestruturação da forma de acumulação capitalista¹⁴ no âmbito global e à crescente industrial no país, que se desenvolveu a concepção pedagógica da CNI – que constitui o mais importante órgão de representação na hierarquia sindical da indústria e, como supracitado, corporifica uma vontade coletiva, qual seja: a busca por uma hegemonia de uma visão de mundo.

Em consonância, esta pesquisa parte para as enunciações da CNI para a educação na conjuntura brasileira atual; para isso, destacam-se três documentos¹⁵ publicados por este órgão a partir do ano de 2005. Na apresentação do primeiro deles, intitulado Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015, destaca-se que

A indústria brasileira compete em mercados globais e [...] ela tem que estar preparada para responder aos desafios da globalização e às mudanças de organização da produção. O País tem que elaborar um programa coerente voltado para a criação de um ambiente econômico e institucional de classe mundial (CNI, 2005, p. 11).

Acentua-se aqui a correlação estabelecida entre o fortalecimento do segmento industrial e a promoção de um clima econômico e institucional coerente, que seria, neste caso, incumbência do Estado.

Já no segundo documento, Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, o então dirigente da CNI¹⁶ enuncia: “A Confederação Nacional da Indústria convida os empresários, a sociedade e os poderes da República a se mobilizarem no processo de construção de uma economia mais competitiva e justa” (CNI, 2013, s/p). Portanto, apreende-se aqui, um convite a uma ação conjunta da sociedade em prol do crescimento da indústria brasileira à vista do cenário mundial.

Por último, no Mapa que se faz vigente no espaço temporal de elaboração da pesquisa, o Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, novamente sob palavra do Presidente da CNI¹⁷, evidencia-se: “A Confederação Nacional da Indústria reforça o convite aos empresários, à sociedade e aos poderes da República para se mobilizarem na construção de uma economia dinâmica, competitiva e justa” (CNI, 2018, s/p), reiterando a proposta do Mapa precedente. Isso posto, as partes dos documentos aqui expressas pretendem evidenciar a atuação de uma força hegemônica impressa por meio de instituições e relações sociais que, em maior ou menor medida, compartilha com os sujeitos a responsabilidade na promoção de seu projeto societário.

¹⁴ Ao considerar a Crise de 1929, compreende uma fase crítica enfrentada pela economia capitalista mundial, exigindo sua rearticulação. A crise internacional constituiu um fator decisivo ao processo de industrialização nacional e se deve ao afrouxamento dos laços de submissão da economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo internacional (XAVIER, 1990).

¹⁵ Os documentos contemplados neste trabalho estão disponíveis em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/downloads/>. Acesso em: 12 out. 2021

¹⁶ Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI em apresentação ao documento.

¹⁷ Robson Braga de Andrade.

Em análise dos Mapas apresentados, é comum a todos a temática da educação e anseios para esta, inclusive, atribuindo-a o status de fator essencial para condicionar o desenvolvimento, como mostra o Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1. Educação fator chave para o desenvolvimento

Educação como fator chave nos Mapas Estratégicos da Indústria	
Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015	Educação e conhecimento são pilares do Mapa. O aumento da competitividade e da capacidade de inovação dependem do equivalente a uma revolução no sistema de educação e da geração e difusão do conhecimento. A chave dessa transformação reside em medidas voltadas para a elevação da qualidade da educação básica e na criação de condições para o desenvolvimento de um sistema de educação continuada flexível e de qualidade (CNI, 2005, p. 14).
Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022	I. na base de tudo temos a educação. Uma sociedade educada é essencial na construção de instituições e de um ambiente favoráveis aos negócios. A educação também é o principal insumo para a inovação (CNI, 2013, p. 24).
Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022	Melhorando a qualidade da educação em todos os níveis. Prioridade absoluta deve ser dada à educação para o país se colocar entre as melhores referências mundiais. Uma educação de qualidade é condição fundamental para o desenvolvimento da indústria e do país (CNI, 2018, 34).

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados dos Mapa Estratégicos da Indústria pesquisados (CNI, 2005, 2013, 2018).

Assim sendo, a adoção destes posicionamentos relacionados à educação corrobora ao pressuposto da existência de uma concepção pedagógica da CNI, e, portanto, suscita seu desempenho neste sentido, isto é, o exercício de intelectuais para a construção do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria à serviço de sua visão de mundo¹⁸. Desse modo, a problemática deste trabalho converge exatamente a este ponto: a busca pela hegemonia de uma visão de mundo. Conforme assevera Cossetin (2017),

Essa hegemonia não ocorre por acaso, mas constrói-se a partir da organização de um grupo de intelectuais orgânicos atrelados aos interesses do grupo que requer para si a direção da sociedade como um todo (COSSETIN, 2017, p. 83).

Portanto, para que as metas desta classe obtenham êxito, é necessário que haja uma articulação das esferas político-econômico-sociais. A educação, regulamentada no âmbito político e orientada ao meio social, configura-se como política social, tornando-se objeto de interesse da burguesia industrial, no sentido de obter um ambiente institucional favorável.

Desse modo, se desde os primeiros estágios da CNI no território brasileiro, sua ação esteve atrelada à profissionalização, os Mapas Estratégicos da Indústria, que serão efetivamente apresentados na seção seguinte, demonstram uma ampliação de tais preocupação e suas intencionalidades para com a educação

¹⁸ Ver *Os intelectuais e a Organização da Cultura* de Antônio Gramsci, 1991.

de modo geral – educação básica, educação profissional e educação superior –, não se restringindo apenas a indicações para a educação profissional.

Enunciações para a educação nos Mapas Estratégicos da Indústria

Neste subtítulo, trata-se especificamente dos Mapas Estratégicos da Indústria, com o intuito de apresentar e evidenciar as etapas e níveis da educação com os quais a CNI tem se preocupado no século XXI, bem como suas intencionalidades. Como fonte de análise, utiliza-se do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022.

Os Mapas Estratégicos da Indústria, conforme descrito pela própria CNI, são-resultantes de estudos elaborados com a participação de líderes empresariais, constituindo-se em agendas para o Brasil em dado período, definindo objetivos, metas e desafios para uma economia produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional (CNI, 2018).

Primeiramente, será considerado o objetivo central enunciado em cada um dos Mapas, seguindo a ordem de publicação:

Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015¹⁹: desenvolvimento de uma indústria forte, dinâmica e com participação expressiva no comércio mundial, viabilizando “[...] uma indústria de classe mundial” (CNI, 2005, p. 21).

Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022: “O objetivo central [...] é a competitividade com sustentabilidade” (CNI, 2013, p. 23), tendo por referência o ano de 2022, em que o Brasil completa 200 anos de independência.

Mapa Estratégico da Indústria: 2018-2022²⁰: construção de uma indústria competitiva, inovadora, global e sustentável, considerando as tendências mundiais e nacionais. (CNI, Ano, p. XX).

Tendo em vista os objetivos traçados em cada um dos Mapas, e considerando o papel chave atribuído à educação no caminho para a conquista de tais objetivos, ilustram-se nos quadros a seguir, os níveis e modalidades de ensino contemplados nos documentos, as enunciações para cada uma delas, bem como, os resultados/efeitos projetados.

¹⁹ Primeira versão elaborada neste segmento.

²⁰ Essa terceira versão do Mapa Estratégico da Indústria entrou em vigor quando o anterior ainda estava em curso, comunicando como justificativa as mudanças no ambiente econômico mundial e nacional que ocorreram nos últimos cinco anos.

QUADRO 2. Educação e desenvolvimento

Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015		
A educação é uma fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade²¹		
NÍVEIS/MODALIDADES DE ENSINO	OBJETIVO	EFEITOS
Educação Básica	Elevar a qualidade da educação básica.	Aumentar o estoque de capital humano; Melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas.
Educação Profissional e Tecnológica	Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica.	Constituir um suporte estratégico para a sustentabilidade e a competitividade da indústria brasileira; Empregabilidade dos trabalhadores.
Educação Superior	Garantir uma Educação Superior de qualidade e adequada às necessidades da economia do conhecimento e do sistema produtivo.	Utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados; Atendimento das demandas empresariais e da sociedade.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015 (CNI, 2005).

QUADRO 3. Educação e desenvolvimento

Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022		
Uma sociedade educada é essencial na construção de instituições e de um ambiente favoráveis aos negócios²²		
NÍVEIS/MODALIDADES DE ENSINO	OBJETIVO	EFEITOS
Educação Básica	Aumentar a qualidade da educação básica.	Trabalhadores qualificados para a operação de maquinários e equipamentos modernos.
Educação Profissional	Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do ensino profissional.	Atender as necessidades do mercado de trabalho; Profissionais de conhecimento mais específico, diretamente aplicável à realidade empresarial.
Educação Superior²³	Ampliar a oferta de engenheiros e graduados em cursos superiores tecnológicos industriais.	Ambiente propício à inovação; Profissionais qualificados.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022 (CNI, 2013).

²¹ Citação retirada do Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015 (CNI, 2005, p. 31).

²² Citação retirada do Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022 (CNI, 2013, p. 24).

²³ Neste Mapa, a seção destinada à educação apresenta as modalidades do ensino prioritárias para a “agenda” do período compreendido; portanto, encontramos: Educação Básica, Educação Profissional e Formação de Engenheiros e Tecnólogos – que integraria o Ensino Superior; no entanto, a expressão “Ensino Superior” aparece como secundária.

QUADRO 4. Educação e desenvolvimento

Mapa Estratégico da Indústria: 2018-2022		
Uma educação de qualidade é condição fundamental para o desenvolvimento da indústria e do país²⁴		
NÍVEIS/MODALIDADES DE ENSINO	OBJETIVO	EFEITOS
Educação Básica²⁵	Elevar a qualidade e cobertura da educação básica; Ampliar a oferta de ensino médio integrado com a formação técnica e profissional; Ampliar a oferta de educação de jovens e adultos articulada com a educação profissional.	Aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro; Desenvolvimento de competências e aquisição dos conhecimentos necessários à aprendizagem futura.
Educação Profissional²⁶	Ampliar a oferta da educação profissional alinhada às demandas do setor produtivo.	Atendimento das necessidades das empresas e impulsionamento da produtividade; Formação de força de trabalho para as indústrias.
Educação Superior²⁷	Elevar a qualidade do ensino superior; Ampliar a oferta de engenheiros e tecnólogos industriais.	Formação dos profissionais mais qualificados, contribuindo para aumentar a eficiência dos setores produtivos.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do Mapa Estratégico da Indústria: 2018-2022 (CNI, 2018).

Em primeira análise dos enunciados apresentados a partir dos quadros, destaca-se os efeitos/resultados projetados por meio das ações previstas para cada nível/modalidade do ensino, que se remetem, enfaticamente, ao atendimento das demandas do mercado de trabalho do setor industrial. Portanto, a partir dos objetivos elencados, destaca-se: elevar a qualidade da educação básica, ampliar a oferta da educação profissional e, ainda, ampliar e garantir uma educação superior de qualidade e adequada às necessidades da economia do conhecimento e do sistema produtivo. Tais elementos, então, revelam a concepção de educação preconizada pelo empresariado industrial, a educação para o trabalho, isto é, a formação meramente profissional.

Para além disso, enfatiza-se alguns objetivos e efeitos requeridos à educação e apresentados nos Quadros supracitados:

Quadro 1, referente ao Mapa Estratégico da Indústria: 2007-2015:

²⁴ Citação retirada do Mapa Estratégico da Indústria: 2018-2022 (CNI, p. 34, 2018).

²⁵ Enfatiza a oferta de ensino médio articulado com a educação profissional, que permite o desenvolvimento de competências necessárias ao mundo do trabalho, concebendo esta nova configuração do Ensino Médio como uma melhoria da qualidade desta etapa de ensino, propiciando também a inserção profissional dos jovens (CNI, 2018).

²⁶ O Mapa evidencia como proposta de estratégia a sinergia entre o Novo Ensino Médio e os Programas de Aprendizagem.

²⁷ O Mapa usa o termo “Educação Superior”, mas retoma a ênfase sobre a escassez na formação de profissionais como engenheiros e tecnólogos industriais, considerados importantes para o processo de inovação na indústria (CNI, 2018).

- a) **Aumentar o estoque de capital humano:** além de identificar a própria lógica do capital, visto que a disponibilidade de mão de obra possibilita a rotatividade do setor e o controle sobre a remuneração do trabalho, atenta-se para a forma a que se referem a esta categoria: estoque, palavra esta conceituada no Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2008) como “Porção armazenada de mercadorias” (p. 379), evidenciando a ideia de estoque de capital humano que advém da lógica do mercado, atribuindo ao trabalhador, caráter mercadológico.
- b) **Empregabilidade dos trabalhadores:** o termo empregabilidade refere-se à qualidade ou capacidade de se manter empregável, significando estar apto às exigências do mercado. Assim, a crítica aqui empregada é no sentido da transferência do ônus do desemprego aos sujeitos, culpabilizando-os por não possuírem formações condizentes com as vagas do mercado. Tal fator evidencia, mais uma vez, a própria lógica do capital, na qual o problema central, que está na forma como as relações se estabelecem, é transformada em responsabilidade dos sujeitos.
- c) **Atendimento das demandas empresariais e da sociedade:** reiterando os tópicos anteriores, é notória a orientação da educação para um fim específico – o desenvolvimento da indústria nacional – e, a sociedade citada não seria outra, senão a burguesa.

Quadro 2, referente ao Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022:

- a) **Trabalhadores qualificados para a operação de maquinários e equipamentos modernos:** esse dado é contemplado nos efeitos da elevação da qualidade da educação básica e, por essa razão, demarca a principal intencionalidade para com os egressos da educação básica: a formação de mão de obra para a indústria (aqueles que irão operar as máquinas, trabalhar nas esteiras e que, não necessariamente, precisam de uma formação específica).
- b) **Ampliar a oferta de engenheiros e graduados em cursos superiores tecnológicos industriais:** a apresentação dos objetivos para a educação superior é bem específica, orientando-se para a ampliação da formação de engenheiros e tecnólogos industriais. Essas especificidades demonstram a concentração do ensino superior na área das ciências exatas, deixando uma lacuna para as ciências humanas e da natureza.

Quadro 3, referente ao Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022:

Por tratar-se de um documento que se encontra em período de vigência, permite uma visualização no conjunto das recentes reformas e transformações no contexto brasileiro.

- a) **Ampliar a oferta de ensino médio integrado com a formação técnica e profissional:** esse objetivo converge com a reforma do ensino médio²⁸, que teve grande repercussão negativa no ano 2017, mas, segundo o MEC, a proposta já vinha sendo debatida desde 2013, na qual o estudante poderá optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular. No novo ensino médio, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática constituem a base, e as demais remetem exclusivamente ao curso técnico ou profissionalizante que o estudante elegeu. Ao final dos três anos de estudo, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico. Apesar da possibilidade anunciada de uma melhor colocação no mercado de trabalho, a proposta atende parcialmente as disposições para a educação provenientes da Constituição Federal de 1988 que, no Artigo n. 205 desta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s/p).

Fica evidente que a educação tem o papel de promover não só a qualificação para o trabalho, mas também a formação integral do aluno.

- b) **Ampliar a oferta de educação de jovens e adultos articulada com a educação profissional:** para justificar tal objetivo, o Mapa destaca que, segundo o Ministério do Trabalho – TEM (2017), 38% dos trabalhadores da indústria não concluíram a educação básica. Desse modo, consideram importante que os mesmos retomem os estudos, não apenas para a elevação dos índices da educação básica no Brasil, mas também para integrá-los à educação profissionalizante, tendo em vista sua condição de trabalhadores da indústria.
- c) **Aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro:** elevar os números de produtividade implica diretamente no aumento do rendimento financeiro, assim, ao pensar na formação da educação básica orientada para esse fim, quem estará se beneficiando em grande parte será o empregador. Para o trabalhador, produzir mais não é sinônimo de ganhar mais. Além disso, se a promoção da educação básica implica, em primeira instância, no aumento da produtividade do trabalhador, isso-apesas revela o caráter empobrecido da educação.
- d) **Desenvolvimento de competências e aquisição dos conhecimentos necessários à aprendizagem futura:** esse resultado almejado à educação básica, concebe-a como uma espécie de

²⁸ A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos, parte comum e outra flexível. Com isso, enuncia-se que o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho e que permitirá que cada um siga suas vocações, seja para no nível superior ou entrar no mundo do trabalho (MEC, 2018).

condicionamento às próximas etapas. Tal concepção sobre a educação é apresentada por Kuenzer (2002), em referência aos estudos de Gramsci: a Pedagogia vem da fábrica e, portanto, é parte fundamental do processo de construção da hegemonia do capital sobre o trabalho. Fábrica e escola se articulam nessa tarefa de disciplinamento para a vida social e produtiva, ora por processos pedagógicos e especificamente técnicos, ora aqueles amplamente usados, porém menos visíveis, que contribuem para a formação de atitudes e comportamentos políticos que favorecem a valorização do capital.

- e) **Formação dos profissionais mais qualificados, contribuindo para aumentar a eficiência dos setores produtivos:** este efeito/resultado almejado indica um ensino superior orientado exclusivamente aos fins produtivos, incluindo ainda os cursos superiores prioritários, que são as engenharias e tecnólogos industriais.

Em suma, os objetivos e efeitos anunciados convergem entre si, ambicionando um ambiente institucional, no que se refere ao campo da educação, recomendável para a CNI. Para tanto, o Mapa referência 2018-2022 evidencia os esforços à efetivação da agenda:

Consolidar uma Rede Empresarial de Ação Política é fator determinante. Essa Rede deve ser capaz de sensibilizar governo e sociedade acerca dos avanços necessários, bem como de identificar e defender novas propostas que contribuam para melhorar o ambiente de negócios (CNI, 2018, p. 20).

A análise do conteúdo desses documentos, que circulam no meio empresarial e estão igualmente disponíveis para a sociedade civil, possibilitou entender o que tem permeado o desenvolvimento da indústria nacional, em especial sobre qual papel a educação tem desempenhado nesse sentido.

A partir das chamadas à sociedade civil e ao Estado a cooperarem com seu projeto de desenvolvimento nacional, faz-se necessário pensar qual é o peso das orientações de um organismo privado em relação às políticas de Estado, especificamente sobre qual a influência deste organismo privado perante elaborações de políticas educacionais e, em consequência, para a reprodução da sociedade.

Considerações finais

O título “A educação como indicativo de um modelo de sociedade: compreensões a partir da Confederação Nacional da Indústria” sugere a existência de um projeto societário, que inclui ajustes na economia, na política, na sociedade e na educação neste contexto. Tendo em vista diferentes grupos que disputam a hegemonia de seus projetos de sociedade, faz-se necessário tomar ciência desses e, assim, este estudo buscou apresentar a Confederação Nacional da Indústria enquanto um órgão que busca a hegemonia de sua visão de mundo, tendo as políticas de educação como um caminho.

Diante disso, a leitura das propostas da Confederação Nacional da Indústria para a educação tendo como referência as ações do Governo Federal, constitui uma direção para pensar o processo de elaboração das políticas públicas nacionais de educação, bem como os fins para os quais tem se orientado.

Apesar da centralidade dada aos Mapas Estratégicos da Indústria enquanto expressão do projeto societário do empresariado industrial brasileiro, considera-se a possibilidade de que em dadas circunstâncias, diferentes grupos se articulam de acordo com seus projetos e interesses, na busca pela direção da sociedade. Dessa forma, não se resume esse projeto societário à CNI, visto que inúmeros outros documentos, revistas e programas, têm chamado a atenção, e parecem, no mínimo, interessantes ao debate, como o Movimento Todos Pela Educação²⁹ e sua articulação com a própria CNI.

Assim, apresenta-se o convite para refletir a respeito de quem tem pensado a educação pública brasileira, a educação da classe trabalhadora, a qual não dispõe dos meios de produção, e, portanto, está subordinada à hegemonia econômica e política dessa sociedade: qual o tipo de educação preconizada e para qual finalidade ela tem se orientado? Diante desse questionamento, é possível constatar que a CNI o responde, tendo objetivos evidentes para educação nacional.

À vista disso, recupera-se a problemática deste estudo: qual é a concepção de educação preconizada pela CNI a partir dos Mapas Estratégicos da Indústria? Assim sendo, a partir dos enunciados contemplados nos Mapas Estratégicos da Indústria, foi possível perceber que os objetivos e efeitos/resultados projetados à educação nacional remetem, exclusivamente, à educação para o trabalho, minimizando o direito a formação integral do sujeito.

Reitera-se a necessidade de atenção às mudanças as quais tem se submetido as políticas públicas para a educação na atualidade, considerando os diferentes sujeitos sociais que fazem frente a elas, em especial, a CNI. Desse modo, é possível perceber que os objetivos demarcados pela agenda da CNI para a educação brasileira têm convergido com as deliberações para as políticas educacionais. Logo, requer-se atenção para o caminho que as políticas educacionais tem delineado no cenário nacional.

Por fim, consideradas as intencionalidades para educação evidenciadas nos Mapas Estratégicos da Indústria, constatou-se o empobrecimento da ação educativa, que adquire caráter meramente profissional e reprodutivista da organização da sociedade capitalista. Ratifica-se a formação de força produtiva, que é constituída pelos trabalhadores da base e mais uma vez, a burguesia mantêm-se no topo dessas relações.

²⁹ Fundado em 2006, o Todos Pela Educação anuncia-se como um movimento da sociedade brasileira, cuja missão seria a de contribuir para que, até 2030, o país assegure educação Básica pública de qualidade a todas as crianças e jovens. Demarca-se que esse movimento é formado pelo grande empresariado nacional e tem atuado em diversas frentes no âmbito da definição das políticas educacionais. Para conhecer mais sobre o movimento, sua formação e intencionalidades, ver: Sandri (2016); Cossetin (2017).

Referências

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei n. 1.238, de 2 de maio de 1939**. Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei n. 6.029, de 26 de julho de 1940**. Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei n. 1.238, de 2 de maio de 1940. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4.936, de 7 de novembro de 1942**. Amplia o âmbito de ação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4936-7-novembro-1942-414954-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei n. 12.321, de 30 de abril de 1943**. Reconhece a Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12321-30-abril-1943-458938-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Celso Suow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4695.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico da Indústria 2007–2015**. Brasília: CNI, DIREX, 2005. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d7/2c/d72cb49c-1f41-46eb-aa26-ebcfc40a6371/1-mapa-estrategico-da-industria_2007-2015_parte_1.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico da indústria 2013–2022**. Brasília: CNI, 2013. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/09/mapa-estrategico-da-industria-2013-2022/#mapa-estrategico-da-industria-2013-2022%20>. Acesso em: 12 out. 2021.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico da indústria 2018–2022**. Brasília: CNI, 2018. Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2018/3/mapa-estrategico-da-industria-2018-2022/>. Acesso: 12 out. 2021.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **É no presente que a CNI constrói o futuro da indústria e do trabalho**. Confederação Nacional da Indústria, [2018-2021]. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/historia/>. Acesso em: 12 out. 2021.

COSSETIN, Márcia. **As políticas educacionais no Brasil e o movimento Todos Pela Educação**: parcerias público-privadas e as intencionalidades para a educação infantil. 2017. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2017/2017%20-%20Marcia%20Cossetin.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas. In: **A revolução de 30**: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 437-469. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. Política educacional: contenção e liberação. In: CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978, p. 233-289.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S.l.], v. 4, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14567>. Acesso em: 12 out. 2021.

EXPANSÃO da Rede Federal. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FIORI, José Luis. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa dicionário. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FRIEDRICH, Carl J. The Envolving Theory and Practice of Totalitarian Regimes. In: FRIEDRICH, Carl J.; CURTIS, Michael; BARBER, Benjamin R. **Totalitarianism in Perspective**: Three Views. LOCAL: EDITORA, 1969.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil** (1961).

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>. Acesso em: 12 out. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 3 ed. Campinas: Papirus, 2002. p. XX-XX.

LENIN, Vladimir L. O Estado. In: **Democracia Socialista**. Lisboa: Edições Avante, 1975. p. 127-152.

MARX, Karl. O capital. 1867

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. [S.l.]: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso: 12 out. 2021.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Getúlio Vargas**. Campinas: HISTEDBR, 2004. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_getulio_vargas.htm. Acesso em: 12 out. 2021.

RODRIGUES, José do Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: [s.n.], 1997.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas de ensino (1937-1961)**. Campinas: Papirus, 1990.